ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 7 DE FEVEREIRO DE 2025 ------

Aos sete do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. ----------

PRESENÇAS: ----------

A deputada municipal Anabela Martins Teixeira Peneda, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Ana Patrícia Teixeira da Silva. ----------

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. ----------

ABERTURA DA REUNIÃO ----------

Pelas dezoitos horas e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira,** declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. ----------

1-Ordem do dia ----------

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município ----------

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dar nota de que esta Assembleia foi antecipada por solicitação do Executivo, mas cumpre na mesma o prazo que está estabelecido na lei. ----------

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que iniciava a sua intervenção com a candidatura do programa Linha Mais Interior Turismo para a valorização do património existente na região de Basto, que são as levadas que existem na nossa região. Este tipo de investimento fazia parte do programa do CDS e por isso congratula-se por, mais uma vez, o executivo do PSD ter aproveitado as suas ideias. No entanto, não se conhecendo em pormenor o âmbito de intervenção dessa candidatura referiu que tinha algumas questões. Sendo as levadas uma infraestrutura de rega pertencente aos proprietários dos terrenos por onde passam, sendo por isso prédios privados, de que forma vai a Câmara Municipal intervir? Já tem a respetiva autorização dos regantes e das respetivas comissões de regantes para intervir nessas levadas? Outro assunto de momento são as

péssimas condições em que se encontram as nossas estradas. Congratula-se com o recente anúncio das repavimentações anunciadas, nomeadamente o acesso às pedreiras, à localidade de Tejão, Campanhó, Avenida da Igreja, Centro Escolar. No entanto, também não pode deixar de referir que algumas situações continuam e é importante, de alguma forma, ultrapassar, até pelos danos que elas causam aos carros e aos veículos que ali circulam. Na última Assembleia fez alusão e denunciou uma situação que pelos vistos já foi reparada. No entanto também chamou a atenção para a situação existente no pavimento em frente à GNR, certamente derivado das obras realizadas pelas Infraestruturas de Portugal. É certo que é um problema diretamente da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal mas também é da competência da autarquia verificar e fiscalizar os trabalhos executados, seja por que entidade for, na área territorial de Mondim. A sua outra questão, relacionada com as vias de comunicação, prende-se com o facto também já denunciado na última Assembleia relacionado com a falta de sinalética na rotunda da estrada que dá para a Barca em Atei. Em julho de 2024, muito justamente, foi feita uma homenagem ao ex-presidente Fernando Pinto. O respeito que a atual Câmara tem pelo ex-presidente, pós-25 de abril, que mais tempo esteve na liderança da autarquia e mais obra fez, vê-se nos pormenores que deviam ser acautelados. Na edição do Boletim Municipal de 2025 está inserido um mapa com a designação de Parque Urbano Municipal de Mondim de Basto e não, como deveria ser, Parque Urbano Fernando Pinto de Moura. Como esta edição é muito posterior à data em que a deliberação foi tomada, solicita-se um maior cuidado em futuras publicações dando o nome a seu dono. Não quer acreditar que isso signifique uma falta de respeito pelo então ex-presidente. Sobre a ligação de saneamento na ponte do rio Cabril, solicitou novamente informação do ponto de situação em que tal ligação ficará concluída. Continuam também a chegar ao seu conhecimento situações de vários munícipes a quem é exigida a ligação do seu saneamento privado à rede pública sem estarem criadas condições pelo município para que isto seja possível. Continuam a existir muitas ligações em que as caixas de ligação públicas estão colocadas a uma cota superior à rede de saneamento privada. Urge questionar: serão os munícipes nestas situações obrigados a suportar a compra de uma bomba elevatória para que seja possível proceder à ligação à rede pública? Por que razão, durante a execução da obra, não houve o cuidado de verificar, caso a caso, as cotas da ligação das redes privadas à respetiva caixa pública? Dado que as casas já lá existiam, o cuidado a ter em conta era da responsabilidade do município, tanto mais que estas casas estavam devidamente licenciadas. O que pensa o Executivo fazer

dado que as queixas são imensas? Para terminar, questionou se havia algum motivo para que as obras do Miradouro das Fisgas e do Hotel das Rãs estivessem tão atrasadas. Concluindo, nas candidaturas para a concessão de habitações a preços controlados, existem duas componentes, a pública e a privada. Na pública sabemos que está em execução o prédio da Avenida Augusto do Brito. Nesta componente pública tem a Câmara mais algum investimento previsto, dado que contratou gabinetes para a elaboração de projetos e acompanhamento de obras no âmbito do primeiro direito? E na componente privada, o que é que o município fez ou pretende fazer? ----------

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que a sua primeira questão era dirigida ao senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de dar nota que dos poucos pedidos de informação formulados ao Executivo continuam a aguardar a resposta de dois. Não receberam o procedimento de contratação dos nadadores salvadores para a piscina municipal - época balnear 2022 - nem os mapas de compromissos assumidos e a taxa de execução de rubricas orçamentais referentes ao ano de 2022 e 2023. Estamos em 2025. Há um ditado popular que diz o seguinte: quem não deve, não teme. Ora, qual é que é o motivo da não entrega da informação que solicitaram? O que temem? O que têm a esconder? Nesse sentido, voltou a entregar um requerimento para que lhes seja facultada a documentação e resposta aos dois pedidos que referiu atrás, e juntou outros já pedidos anteriormente pelos senhores Vereadores do PS em reunião de Câmara mas que igualmente não tiveram resposta. Referiu que estamos perante um executivo que desrespeita a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e os órgãos nacionais que têm por missão apreciar as queixas e emitir pareceres sobre o acesso a documentos administrativos. Realçou que este Executivo, mesmo depois de ter recebido uma comunicação da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos a dizer de forma clara que deveria ser facultado o acesso aos documentos pedidos pelos Vereadores do PS, continua até hoje sem entregar alguns, tal como aqui na Assembleia também. Os pedidos sem resposta são, por exemplo, os procedimentos de contratação de serviços jurídicos que tem vindo a ser contratados a um gabinete onde trabalha o senhor Vereador Francisco Ramos que se senta nesta Assembleia e na reunião de Câmara Municipal com alguma regularidade. Referiu que, por exemplo, um Presidente de Junta, por fazer parte desta Assembleia, não pode ter contratos com a autarquia. É disto que se está a falar. Esta Assembleia e a Câmara Municipal têm a obrigação de fiscalizar e acompanhar todos estes processos. Se não entregam uma documentação é

porque alguma coisa não estará bem. Por isso, hoje, neste novo requerimento, irão insistir no pedido para que lhes sejam entregues os procedimentos de contratação dos serviços jurídicos. Recordou que quem não deve, não teme. Deixou o requerimento ao senhor Presidente da Assembleia e o documento da CADA que indica ao Executivo para dar a informação que o PS pediu, deixando também uma cópia para os grupos parlamentares para que todos os mondinenses tenham conhecimento daquilo que se está a passar. Sobre outro assunto, referiu que gostaria de saber o que é que está a ser feito para resolver os problemas da rede móvel e da rede de fibra nas aldeias. A rede de fibra ótica contribui para a melhoria da qualidade de vida nas aldeias. Com a internet de alta velocidade é possível ter acesso a serviços de saúde online, educação à distância e outros serviços que podem melhorar a vida dos moradores das aldeias. A rede de fibra ótica é uma tecnologia essencial para o turismo em áreas rurais, como as aldeias. Esta tecnologia permite que os turistas tenham acesso à internet de alta velocidade, o que é fundamental nos dias de hoje. Além disso, a rede de fibra ótica também é importante para o desenvolvimento de novos negócios e para a melhoria da qualidade de vida nas aldeias. O que constatam é que, neste momento, a sua ausência é um grande handicap para as empresas a operarem nas nossas aldeias. No que concerne à Tapada da Telha, referiu que se tratava de uma obra muito importante, ainda mais com a atual crise na habitação, e que se encontra por acabar. Trata-se de uma obra que já vem do anterior executivo, não se justificando este atraso que inviabiliza o acesso aos mondinenses a uma habitação própria. ----------

A deputada municipal **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos** usou da palavra para dizer que os mondinenses tiveram a oportunidade de assistir, no passado dia 21 de janeiro, à cerimónia de lançamento da obra de requalificação do Centro de Saúde de Mondim de Basto. A obra de requalificação do Centro de Saúde de Mondim de Basto reflete o esforço que a Câmara Municipal e este Executivo têm dedicado à saúde por forma a garantir que os nossos cidadãos tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, em instalações modernas e adequadas, mas também com o reforço de alguns serviços, entre os quais o serviço de raio X e de reabilitação física. Este projeto, cujo investimento ultrapassa um milhão e duzentos mil euros, é mais um excelente exemplo da capacidade de trabalho e de empenho desse Executivo municipal na concretização de projetos e na procura de soluções para os problemas, tendo sempre em mente a melhoria das condições de vida da nossa população, neste caso em particular na área da saúde. A concretização desta obra, que orgulhará todos

os mondinenses, irá resultar a breve prazo na concretização de mais um projeto de extraordinária importância para todos nós. Esta é, mais uma vez, a prova de que os mondinenses podem acreditar na competência do trabalho deste Executivo, do seu empenho e da sua total dedicação para resolver os seus problemas. ----------

O deputado municipal Vítor **Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que o grupo municipal do PSD felicitava todo o Executivo Municipal pela assinatura do contrato de financiamento do projeto Valorização das Levadas do Alvão, cujo valor ronda o meio milhão de euros. As levadas do Alvão são património natural e cultural do Concelho de Mondim de Basto e fazem parte da nossa história há muitos anos e vão ser agora alvo de uma aposta efetiva e integrada como produto turístico. Querem que as nossas levadas sejam um produto turístico de excelência e através dele aumentar a atividade turística do concelho e, desta forma, promover o desenvolvimento económico, social e ambiental. O atual Executivo Municipal tem demonstrado, ao longo destes três anos e pouco de mandato, uma significativa capacidade de atração de financiamentos para a concretização de projetos estruturantes e fundamentais para o desenvolvimento do concelho, permitindo a valorização do território, o desenvolvimento sustentável da nossa terra e a melhoria da qualidade de vida das nossas gentes. Essa é, em seu entender, a estratégia correta para colocar Mondim na rota do desenvolvimento. ----------

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que gostaria de começar por perguntar aos serviços ou à Assembleia em geral qual o motivo pelo qual não receberam a ata da última reunião e também o motivo pelo qual não está na ordem de trabalhos. Referiu que têm recebido algumas queixas de mondinenses no que toca à qualidade da água, referindo que a mesma se apresenta com sabor e coloração estranha. A qualidade da água está, como sabem, intrinsecamente ligada à saúde pública. A água que consumimos e usamos diariamente pode ser um veículo de doenças e outros problemas de saúde, se não for devidamente tratada e monitorizada. Gostaria de saber se o senhor Presidente tem conhecimento desta situação e o que é que fez ou fizeram para reverter a situação em questão. Gostaria ainda de perguntar qual é o ponto de situação do Centro de Recolha Oficial. Ao recolher animais abandonados, os centros de recolha contribuem para a redução de riscos também para a saúde pública, como acidentes de trânsito, mordeduras, transmissão de doenças. Os centros de recolha desempenham um papel fundamental na interface entre a saúde animal e a saúde pública. Ao atuarem na prevenção e controle das

zoonoses, a promoção do bem-estar animal e na colaboração com profissionais de saúde, os centros contribuem para a proteção da saúde humana e para a construção de uma sociedade mais saudável e segura. Terminou perguntando ao senhor Presidente qual o ponto de situação? ----------

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara dar aqui duas nota relativamente a duas interpelações relativamente ao funcionamento da Assembleia. Sobre a questão da ata referiu que a informação que teve é que não foi possível por parte dos serviços a elaboração da ata e na próxima reunião da Assembleia será presente a apreciação e a votação da Assembleia a ata de Dezembro e de Fevereiro. Relativamente aos documentos que foram solicitados pelos senhores deputados municipais, queria apenas recordar e pedir ao senhor Presidente da Câmara para ter isso em atenção, que os documentos são de acesso obrigatório aos senhores deputados municipais. Este é um órgão de fiscalização e não é possível fiscalizar o Executivo se os deputados não tiverem acesso aos documentos que, no seu juízo e na sua avaliação, livremente solicitam e compete ao Executivo naturalmente fornecer esses documentos para que os deputados e as deputadas possam exercer o seu mandato em pleno e, portanto, fazer o seu julgamento, e é assim que as coisas devem funcionar. E ao Presidente da Assembleia, naturalmente, cabe também interpelar o Executivo para o cumprimento dos deveres de fornecer os documentos que são solicitados, a não ser que esses documentos tenham algum tipo de proteção legal, que não é o caso, e se tiverem alguma proteção legal, se estiverem protegidos legalmente, então aí o Executivo terá que mencionar esse facto. Genericamente o princípio é que quando os senhores deputados solicitam os documentos, quaisquer que sejam esses documentos, deverão ser fornecidos sempre em tempo útil, para poderem ser analisados, e sobre eles poderem emitir o juízo que entenderem. Pediu ao senhor Presidente para ter isso em atenção e para que logo que seja possível, e com a rapidez possível, possam sanar esta questão e evitar o não fornecimento desses documentos. --------

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que iria procurar responder a todas as questões. Relativamente às Levadas do Alvão, referiu que, de facto, já iniciaram esta promoção e divulgação com a criação e a realização de uma conferência das Levadas de Alvão que se realizou no ano passado, portanto já com uma intenção de, no âmbito dessa conferência, iniciarem com os meios próprios do município esta promoção e divulgação. Recordou que foi com os próprios meios que

desenvolveram esta marca, que é uma marca que o município já registou. Foram identificadas na altura cinco levadas que eram as mais utilizadas, até pelas nossas empresas de animação turística, e, portanto, aquelas que possuíam já um percurso relativamente fácil não só de interpretação mas também para podermos percorrer e foi com essas cinco levadas que fizemos toda uma ação de promoção e divulgação. E já na altura também tivemos a preocupação de envolver as Juntas de Freguesia e os Conselhos Diretivos onde estas levadas atravessavam no sentido de as envolver, até na ajuda para a preservação e para a limpeza do espaço envolvente, porque entendemos que para frequentarmos e termos a oportunidade de percorrermos as levadas fará todo o sentido que o possamos fazer em segurança e com tal capacidade para podermos deslumbrar a beleza que elas são. Relativamente à candidatura, no fundo foi aqui um upgrade daquilo que foi já uma intenção demonstrada no ano passado para que pudéssemos ter condições para evoluir naquilo que é a capacitação da promoção, da divulgação e obviamente também naquilo que diz respeito a este produto turístico que tem sido reconhecido e também valorizado, não só dentro do concelho, mas também pelas instituições ligadas ao setor do turismo em termos nacionais. Portanto, é uma candidatura que foi candidatada e aprovada pelo Turismo de Portugal, tivemos a oportunidade na passada sexta-feira de assinar este acordo e a contratação da candidatura com o Turismo Porto e Norte de Portugal envolvido na importância que este produto tem, não só para a região de Basto, mas também para todo o território nacional, tendo a noção de que é um produto que pretendemos que seja e que possa ser levado e divulgado além-fronteiras. O Turismo de Portugal também se associou a este produto aprovando esta candidatura mas também disponibilizando-se naquilo que será a capacidade de podermos, através deste financiamento, evoluir naquilo que é a promoção. Não está prevista a intervenção no leito da água, a levada não é do município, e obviamente que aquilo que foi já um processo de envolvimento com as entidades que no fundo estão a gerir o território onde as levadas atravessam irá continuar daqui para a frente, atendendo que teremos agora as condições para poder apresentar projetos para que o possamos desenvolver em conjunto. Relativamente ao péssimo estado das estradas, referiu que não é de hoje, as estradas não se estragam num ano, nem dois, nem três, e por isso é que avançaram desde o início do mandato e dentro das possibilidades financeiras com capacidade para poderem reabilitar essas estradas com a reabilitação. Recordou da reabilitação feita na estrada de ligação do Bobal até ao final do concelho em direção a Vila Real, a reabilitação que realizaram também em Atei e o próprio investimento

nas acessibilidades com o Programa do Acesso para Todos. No Acesso para Todos, no final destes quatro anos de mandato, teremos cerca de novecentos e trinta mil euros só de investimento na reabilitação das acessibilidades no concelho, o que também nos dá aqui garantia de que, identificado que está o problema, existe também essa preocupação para resolver. O senhor deputado referiu que recentemente foi já divulgado o avanço para a realização de pavimentação do acesso à aldeia de Tejão, do acesso à aldeia de Campanhó, a reabilitação também do centro escolar e da Avenida da Igreja, a consignação da estrada de ligação das pedreiras em Atei e também uma intervenção que será feita no Bairro Novo e em Bormela. Crê que na próxima semana haverá já condições para lançar o concurso público para a reabilitação da estrada desde a Vila de Mondim de Basto até à sua extremidade, até ao concelho de Ribeira de Pena, o que irá certamente ser, junto com as intervenções feitas anteriormente, um dos maiores investimentos nas pavimentações dos últimos anos. Existe de facto um estado degradante das estradas mas, dentro das suas possibilidades, o Executivo está a resolver e referiu que já enunciou aqui uma série de investimentos que irão certamente além dos três milhões de euros só nestes anos de mandato. Relativamente às publicações que o senhor deputado referiu, esclareceu que só se fosse um lapso. Relembrou que este Executivo se associou naquilo que foi a capacidade de poderem, em conjunto e de forma unânime, valorizar a pessoa importante que foi o Fernando Pinto Moura. Portanto, se isso aconteceu, se a publicação foi posterior à apresentação, só poderá ter sido um lapso, porque obviamente que não foi de forma propositada, tendo em conta até o envolvimento que teve não só do Executivo Municipal, mas como todos os membros também desta Assembleia e do Executivo. Relativamente ao saneamento na Ponte do Cabril, referiu que era visível que a intervenção que está a ser executada, não só do gás, pelo que estará por dias a ligação do saneamento através da ponte e depois também a notificação das pessoas que poderão fazer essa mesma ligação. Relativamente àquilo que é a necessidade de cumprimento de cotas no acesso à rede, referiu que não tinha dúvidas que aquando da identificação das caixas de saneamento foi tido em consideração aquilo que era a proximidade das ligações das habitações para a identificação dessas caixas. Foi um processo que apanhamos a meio, mas não tem dúvida que terá sido esse o critério. Obviamente que não há casos iguais e que também a ligação das habitações à rede será certamente diferente, com a necessidade de maior ou menor investimento, e a situação de necessidade de aquisição de uma bomba é também um dos cenários que poderá ser necessário para a ligação. Relativamente a duas

obras que referiu (ainda bem que falamos de obras, é sinal que de facto Mondim está em desenvolvimento e está com a obra em execução), a do Edifício de Santiago e a da Plataforma das Fisgas de Ermelo, referiu que de facto não estão a decorrer com a velocidade desejada. Não vale a pena dizer outra coisa porque é constatar aquilo que é a realidade. No entanto, referiu que não é por falta da parte do município de insistir para que assim não seja. A verdade é que não lhes agrada aquilo que tem sido a velocidade, mas acredita que irá ser concretizado e iremos ter duas infraestruturas diferentes, uma ligada à habitação, outra ligada à segurança da visitação, mas certamente também que serão uma mais-valia para o concelho. Relativamente à estratégia local de habitação esclareceu que foi necessário realizar uma segunda revisão da estratégia e, portanto, naquilo que foi a possibilidade na primeira estratégia de financiamento, conseguiu-se alocar dezoito habitações no Edifício de Santiago. Depois, na revisão da estratégia, em que quase multiplicamos aquilo que foi a nossa intenção de criarmos novas habitações, o critério de atribuição já não foi o mesmo. O critério de distribuição do financiamento a 100% foi sobre a data de entrada das candidaturas e, como a do município foi na segunda revisão, obviamente que não foi das primeiras a ser candidatada. Referiu que estavam ainda a aguardar de que forma é que as candidaturas realizadas poderão ser financiadas (se o Estado poderá assumir uma parte, se o PRR poderá assumir outra parte) e se poderá haver ou não outras formas de financiamento para perceber se teremos capacidade financeira para podermos corresponder com aquilo que foi uma expectativa que criámos, mas que efetivamente só na segunda revisão é que conseguimos aumentar significativamente o número de candidaturas. Relativamente aos beneficiários diretos, informou que neste momento a Câmara já tinha em obra cinco ou seis habitações de beneficiários diretos, estando a aguardar que novas candidaturas sejam aprovadas. Tem havido este acompanhamento muito próximo da comunidade, não só na realização das candidaturas, mas também naquilo que é a elaboração e a execução das mesmas. Portanto, neste momento estão já em obra algumas reabilitações destinadas aos beneficiários diretos. Referiu que o deputado Carlos Macedo elencou aqui um conjunto de informações que estavam em falta, das quais uma delas não tinha memória que estava pendente, mas que registou e que iria procurar responder de acordo com a disponibilidade dessa mesma informação. Relativamente à questão da importância da rede móvel e da fibra ótica, esclareceu que temos tido um reforço da rede móvel, obviamente há sempre ainda os buracos negros na área de cobertura de rede que ainda estão por resolver. Relativamente à fibra ótica

informou que reuniu recentemente com a DST no sentido de tentar perceber também quais é que eram os projetos e as intenções de investimento, tendo sido remetidos os abaixo-assinados que tinham sido realizados por freguesias e aldeias do concelho e que transmitem que existe efetivamente vontade e clientes para que esta empresa possa fazer investimento. Este Executivo está atento para a importância que a fibra ótica tem, é uma infraestrutura importantíssima para o desenvolvimento dos territórios e obviamente também naquilo que tem a ver com a criação de atividade que as nossas aldeias possam e queiram investir, sem nunca esquecer o que é mais importante que são os nossos habitantes que habitam nessas aldeias. Relativamente à intervenção da deputada Eva Anjos que referiu a importância do investimento da realização no Centro de Saúde de Mondim de Basto, reforçou que de facto esta era já uma realidade, portanto a obra já foi adjudicada. Espera que com esta realização possamos não só criar melhores condições para os utentes, para os profissionais, mas, acima de tudo, também aquilo que foi um propósito podermos ter que criar condições físicas para podermos receber novos serviços. E, contrariando aquilo que eram alguns pessimistas que diziam que não iríamos conseguir atrair este tipo de serviços que não dependem diretamente do município mas sim do Ministério, anunciou que em breve teríamos o serviço de Raio X acoplado numa infraestrutura provisória ao dispor da nossa comunidade, entre outros. E, portanto, só com esses investimentos já conseguimos também não só melhorar as condições para quem trabalha e para quem utiliza esses serviços, mas também procuramos outros serviços que possam vir para o nosso concelho. Crê que será também para todos um motivo de orgulho quando virem esta obra concretizada. Relativamente à questão da qualidade da água referiu que não tinha reporte de alguma situação que esteja em incumprimento. Deu nota que sempre que há alguma alteração a Câmara recebe a notificação por parte da Direção da Saúde e procura corrigi-la sempre de forma imediata para que não possa colocar em risco aquilo que é a importância, obviamente, que aqui foi referida de uma água de qualidade. A Câmara procura sempre manter e disponibilizar para a população água de qualidade. Relativamente ao Centro de Recolha Oficial, referiu que efetivamente, a localização ainda não está fechada. Mas voltou a referir que se tiverem alguma sugestão para lhes dar, obviamente que estão disponíveis para ouvir, para debater, porque é nesse processo que estamos, com total abertura e sinceridade, e é assim que deverá ser. A importância deste serviço foi mais que identificada e bem identificada, e por isso é que também naquilo que será a solução a encontrar terá que ser o mais rápido possível mas ainda não há uma

localização fechada e portanto, obviamente, todas as sugestões, como sempre, serão bem-vindas. ----------

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que não ficou esclarecido relativamente à questão que colocou sobre o custo das bombas elevatórias. Julga que a Câmara deve ter recebido várias queixas. Foi-lhe reportado por vários munícipes sobre a dificuldade para estas pessoas que têm que fazer a ligação à rede: a habitação já lá existia, estão numa cota superior e agora de quem é a responsabilidade? Todo o custo é importado à responsabilidade de cada um dos munícipes ou a Câmara assume de alguma forma aqui alguma responsabilidade relativamente às bombas elevatórias? Era isso que queria que ficasse definido uma vez que existe esta ambiguidade. ----------

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que considera que este pedido de contributo por parte do senhor Presidente é revelador de uma falta de capacidade deste Executivo em resolver problemas. Diria até, se lhe permite, uma jogada para diminuir a responsabilidade que advém da falta de coragem em decidir. Seria um pedido de contributo sincero, e até teria todo o gosto, se essa fosse a regra para todas as outras tomadas de decisão, mas não o é. A regra com este executivo é esconder. Esconder dos deputados desta Assembleia, esconder dos vereadores, esconder dos presidentes de junta, esconder dos mondinenses. As decisões são tomadas por um círculo muito restrito de pessoas e por isso, na maioria, em seu entender, decisões erradas. O processo do Centro de Recolha Oficial é apenas mais um desses processos que nasceu torto, tarda em endireitar e ao que parece os animais para já não vão ter solução e a Câmara ainda vai ter de devolver o dinheiro que já recebeu. Relativamente à água, deixa nota das queixas que têm recebido e que considera ser uma consequência da falta de investimento nos sistemas de abastecimento de água. Esta falta de investimento está até bem exposta no parecer da ERSAR, que é elaborado com base na informação que a Câmara fornece e que diz o seguinte: «Tendo em conta a ausência de previsão de investimentos para 2025, admite-se o agravamento da qualidade dos serviços de abastecimento de água. É natural, por isso, que a qualidade se venha a agravar e que as queixas aumentem». Concluiu dizendo que hoje, com mais dinheiro, as prioridades são outras. ----------

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dar nota que o senhor Presidente não respondeu à questão da Tapada da Telha. Relativamente às Levadas do Alvão referiu que é um projeto que também acompanham com agrado, contudo

espera que não sejam aplicados em promoção e em jornalistas como foi no ano passado. Gastar quarenta mil euros só em promoção e não haver nada no terreno é algo que não lhes parece tão bem e considera que era importante priorizar aqui as decisões. Relativamente à DST, não ficou esclarecido sobre o que disseram ao senhor Presidente relativamente a Mondim. ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para confessar que quando viu a senhora deputada subir ao púlpito tinha esperança que fosse dar uma sugestão para a localização do CRO. Ainda não foi desta, mas poderá chegar essa hora. Referiu que quando se refere à falta de investimento na melhoria da água (julga que a senhora deputada vive na freguesia de Atei), não sabe se a senhora deputada se estava a referir a falta de investimento da Junta da Freguesia de Atei na qualidade da água, nas infraestruturas, ou se era de uma forma generalizada e, portanto, iria assumir que foi de uma forma generalizada. Afirmou que é feito o investimento em água e por isso é que, e assegura, temos uma água de qualidade, acompanhada, como disse há pouco, sempre que haja alguma anomalia, procuramos corrigi-la de imediato, que é isso também que procuramos e fazemos sempre com grande responsabilidade, e por isso é que podemos afirmar que em Mondim a água é de qualidade. Relativamente à questão da Tapada da Telha confirmou que neste momento está já aberto o procedimento para o regulamento e, portanto, espera que se possa concretizar em breve aquilo que é no fundo a disponibilização dos lotes. Relativamente à DST, depois de ouvir a nossa reivindicação, ficou o compromisso de avançar com investimentos. Não identificaram exatamente o calendário de investimentos mas pelo menos ficaram com esta vontade, inclusive, na sequência até dos abaixo-assinados, que existe de facto clientes para a empresa investir e que certamente será um investimento que terá retorno. Alegaram que estava também pendente o novo concurso. De qualquer forma ficou registada essa nossa vontade de podermos reforçar a fibra ótica no concelho. Relativamente àquilo que foi o projeto realizado na promoção das levadas, foi precisamente por causa dessa promoção que hoje as Levadas do Alvão são conhecidas, reconhecidas, não só pela própria comunicação social, mas também pelas pessoas que nos visitam e que já procuram e querem saber onde é que são as Levadas do Alvão. O valor não foi muito mas na promoção que foi feita, pelo menos, já deu frutos e foi ela também que nos permitiu, no fundo, defender a importância que elas têm para depois termos aqui um investimento maior. E, portanto, crê

que terá uma promoção eficiente e eficaz naquilo que era colocar, no fundo, as pessoas, a comunidade nacional e internacional, a falar sobre as Levadas do Alvão. ----------

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara que falar da água de Atei realmente foi uma má aposta, porque se há coisa que tem a certeza é que a freguesia de Atei, nestes últimos três anos, investiu mais na qualidade da água e na reconstrução dos depósitos que propriamente aqui o Executivo da Câmara a nível do concelho. Afirmou que a água em Atei está a ser muito bem gerida e com excelente qualidade e, sempre que os serviços da Câmara solicitam alguma melhoria, a freguesia de Atei tem feito. Aproveitou para perguntar, uma vez que há essa dúvida, se a estrada a ser alcatroada é a do cruzamento da Senhora da Graça até à última pedreira, que é dos Cunhas, ou se é só um bocadinho lá junto à Pedreira do Cunha?-

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer, em resposta o senhor Presidente, que foi eleita pelos cidadãos mondinenses, não só os de Atei, e que representa todos quando aqui vem falar e com muito orgulho. Fala da água que bebe, mas, se a elegeram, também é para falar da água que cada um bebe na sua casa, e não só em Atei, mas no resto do concelho. Referiu que não falou da falta de investimento como sendo sua opinião mas sim o que vem escrito no parecer da Ersar que diz o seguinte: «Tendo em conta a ausência de previsão de investimentos, admite-se o agravamento da qualidade dos serviços de abastecimento de água». Não é a sua opinião, não é a opinião do senhor Presidente, é a opinião da ERSAR. Relativamente ao Centro de Recolha Oficial, se calhar se tivesse sido PS a ser eleito para a Câmara, poderíamos ter uma proposta. Assim sendo, não quer estar a fazer o trabalho do senhor Presidente da Câmara. ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que cada situação tem as suas particularidades e a localização das fossas de cada uma das habitações também têm as suas particularidades na localização. E obviamente seria muito difícil naquilo que é a rede de saneamento e nas caixas conseguir que todas as habitações tivessem cota e portanto, nas situações em que não é possível e que haja a necessidade de recorrer, como referiu há pouco, a bombas ou outro tipo de sistemas, obviamente que terá que ser o utilizador a suportar esse custo. Depois, relativamente à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia, referiu que as pavimentações serão desde o cruzamento até à última pedreira localizada na extensão. Relativamente à

intervenção da deputada Ana Patrícia, recordou que o Partido Socialista esteve doze anos em frente do Executivo Municipal e que não realizou esta obra. ----------

1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal ----------

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. --------

2- Ordem do dia: ----------

2.1. Aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental do ano 2024 -

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que relativamente a este ponto queria deixar uma nota para o aumento contínuo do saldo de gerência ao longo do mandato. Note-se que o saldo de gerência é o dinheiro que sobra da execução do orçamento anterior e aquilo que nós retemos deste ponto é a incapacidade de execução. Transitam do ano de 2024 6.363.735 Euros. Na nossa opinião, isto deve-se fundamentalmente a três fatores. Primeiro: má gestão financeira, falhas na gestão financeira, falta de planeamento, controlo inadequado das despesas e desvios orçamentais. Segundo: ineficiência administrativa, má organização dos serviços que podem dificultar a execução dos projetos e atividades previstas no orçamento. E por último: a falta de prioridades, a ausência de uma definição clara de prioridades que leva à dispersão de recursos e à não execução de projetos essenciais. Uma gestão financeira eficiente, definições de prioridades claras e transparência na gestão orçamental melhora a execução do Orçamento da Câmara e contribui para o desenvolvimento do município. ----------

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que relativamente a este ponto gostaria de apresentar aqui alguns considerandos. Neste mandato foram mandados elaborar vinte e nove projetos que totalizaram mais de um milhão de euros. Destes vinte e nove projetos, dezanove já se encontram elaborados há vários meses e não tiveram seguimento para a sua execução. Destes vinte e nove projetos, só quatro estão ainda em elaboração dentro do prazo contratual, sendo que dois têm o seu termo no próximo mês. Destes vinte e nove projetos, um teve a execução da sua obra dada sem o efeito - o canil. Desses dezanove projetos, só um teve a consequente obra concluída - alargamento do cemitério de Mondim. Desses dezanove projetos, só dois têm a respetiva obra a decorrer, embora com atrasos consideráveis - o Hotel das Rás e o Miradouro das Fisgas. Desses dezanove projetos, nenhum foi colocado à consideração desta Assembleia. Ainda que não fosse obrigatório, mas dada a importância para o desenvolvimento do Concelho, deveriam ter sido apresentados em áreas de discussão pública, como por exemplo o caso da via circular

externa. Dez de dezanove projetos não foram contratualizados através de um procedimento concursal de ajuste direto e vinte de consulta prévia. Embora cumprindo os limites máximo para este tipo de adjudicação, em nenhum deles foi apresentada a justificação das entidades convidadas a apresentar propostas como exige o Código da Contratação Pública, à semelhança do modo de atuação anterior. Se dantes criticávamos o PS por este tipo de procedimento, não podemos deixar de fazer o mesmo ao PSD. A transparência da gestão autárquica deve estar acima de qualquer suspeita. Veja-se as recentes notícias de transparência na contratação pública na gestão autárquica, em várias autarquias. Conclusões que se podem tirar: embora tendo já sido elaborados projetos para as obras acima referidas, consideradas estruturantes para o desenvolvimento do concelho e com as quais o CDS concorda, trata-se por isso de uma decisão deliberada de campanha eleitoral com a qual o CDS não concorda e crítica ao PSD por este tipo de comportamento eleitoralista. Só por estes motivos se justifica que durante o ano de 2024 a taxa de execução do plano de investimento plurianual tem sido apenas de 28%. Em suma, com uma taxa de execução do PIB tão baixa de 28%, não admira que agora seja necessário transpor para o ano de 2025 a quantia de 6 milhões e 700 mil euros aproximadamente, quando poderiam ter sido investidos, em 2024. Mas não dava jeito, porque 2024 não era ano de eleições. ----------

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que, ao contrário do que o professor Fernando Silva disse e afirmou, e reconhecendo que de facto a execução do PPI foi baixa, entende que é muito fácil explicar e acha que não é por uma razão eleitoralista. Vejamos a questão dos empréstimos para a estrada. Crê que o empréstimo veio pela primeira vez a esta Assembleia em dezembro de 2023. O que nos devia preocupar a todos é a celeridade com que corre o processo de pedido de empréstimo, que depois carece de um visto do Tribunal de Contas que, salvo erro, terá vindo no final do ano passado. Perguntou ao professor Fernando Silva como é que era possível executar o PPI de cerca de 2 milhões nas estradas quando o visto do Tribunal de Contas ainda não tinha sido atribuído. Era impossível. Outro caso evidente que também representava um grande investimento do PPI é a questão das obras do Rio Tâmega, do Cabril e do Cabrão. De facto, a senhora Ministra do Ambiente só veio assinar a Mondim de Basto, salvo erro, no mês de outubro, pelo que era impossível que a obra tivesse investimento no ano passado e de facto estava no orçamento. O que nos devia aqui preocupar é a celeridade dos processos que existe muitas das vezes na Administração Central. Acredita que o Executivo não foi eleitoralista e que o

Executivo está a trabalhar neste processo há muito tempo atrás, mas, infelizmente para nós, os projetos só estão a rebentar agora. De facto, para nós todos, até como comunidade, interessava que as estradas estivessem melhores, mas esta necessidade não é de agora Como dizia o senhor Presidente, esta necessidade de um investimento que não foi feito nas estradas veio de trás, fruto do saneamento financeiro, todos sabemos, mas a verdade é que as estradas só com este executivo é que estão a ser alvo de um forte investimento. E, ao contrário do que a senhora deputada Ana Patrícia disse, entende que tem que haver aqui um bocadinho mais de critério por parte do Partido Socialista. O Partido Socialista também aqui, muitas das vezes, vinha criticar o atual Executivo Municipal porque esbanjava dinheiro em recursos humanos, esbanjava dinheiro em projetos mas chegamos ao final das contas e percebemos que de um ano para o outro o município tem capacidade financeira. Há uns meses atrás quem ouvisse o Partido Socialista pensava que o PSD tinha vindo aqui e acabado com o dinheiro da Câmara, tinha aumentado a dívida e de facto isso não acontece. O que acontece hoje em dia é que temos um município que tem projetos a apresentar, que tem obras a decorrer, que tem intenções de candidaturas a breve prazo, e que nos deviam orgulhar aqui todos, porque Mondim está atrasado face aos outros concelhos em muitas décadas. Terminou dizendo que o que queria enquanto mondinense é que o Executivo Municipal procure resolver estas debilidades e que nos dê mais qualidade de vida e que consiga fixar aqui em Mondim os jovens, que consiga fixar aqui todos aqueles que aqui queiram fazer o seu sonho de vida. ---

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, onde a senhora deputada Ana Patrícia encontra incapacidade de gestão, encontra capacidade de atração de investimento. E por isso é que o orçamento inicialmente, e quando entraram, rondava os treze milhões de euros e este ano houve a oportunidade de passar para vinte milhões de euros e agora com a introdução do saldo de gerência irá passar para o maior orçamento de sempre. E é o maior orçamento de sempre porque temos tido a capacidade de atração de investimentos e a capacidade também de estarmos atentos àquilo que são as oportunidades de financiamento e está refletido também neste documento. Referiu que gostava de dar nota de um aspeto que é muito importante: deste saldo de gerência 2.400.500 euros são provenientes do financiamento que recebemos já no final do ano e depois de termos aprovado o orçamento e portanto este é o dinheiro que será utilizado para, no fundo, reforçar as rubricas de investimento e relativamente às rubricas de investimento estaremos a falar só de 3.963.285 euros, isto para sermos precisos naquilo que é o valor que

vai transitar. Atualmente estamos com várias fontes de oportunidades de financiamento e é por isso que tem a certeza absoluta que nos próximos anos o concelho vai sofrer uma transformação pela positiva naquilo que tem a ver com a criação não só de infraestruturas que sirvam a economia mas também a qualidade de vida dos nossos habitantes e com aquilo que tem a ver com o reforço do apoio social no conjunto de candidaturas que vamos realizar. Estamos neste momento com algumas fontes de financiamento da Estratégia Local de Habitação, como já aqui foi referido, portanto através do IHRU, o Fundo Ambiental, o Portugal 2030, o Turismo de Portugal e o próprio PRR. Estes são projetos que foram realizados e que estão agora em condições de se concretizar e avançar com essas candidaturas, aproveitando aquilo que, força das circunstâncias, se juntou que é o espaço temporal de oportunidade. Tínhamos duas hipóteses: ou deixávamos passar e, portanto, concentrávamo-nos em fazer alguns destes projetos e o concelho continuava com o ritmo de desenvolvimento que tem tido nos últimos anos; ou víamos aqui um esforço notável que tem havido por parte dos serviços do Município. Aproveitou para fazer uma ressalva para aquilo que tem sido um esforço notável pelos serviços do município para que esta oportunidade que conseguimos aqui adquirir, porque temos projetos efetivamente que possam agora ser candidatados, para que seja uma oportunidade em que o concelho no seu todo possa beneficiar com ela. E por isso, sem projetos não conseguimos ir a candidaturas. Tivemos aqui a conjuntura de um conjunto de avisos de diferentes formas de financiamento e pelo facto de termos projetos é que vamos ter oportunidade de concretizar e realizar essas candidaturas. Por isso é sempre um processo moroso porque os projetos também não se concretizam de um dia para o outro e fez questão de referir aquilo que é o prazo de discussão dos projetos e que muitas vezes dilatam daquilo que é o desejável, e por isso é que foram iniciados já atempadamente. Relembrou que é o primeiro ano de mandato, é o primeiro, aliás, mandato que estamos à frente deste Executivo, e por isso é que muito cedo começamos a idealizar aquilo que queríamos fazer, muito cedo começamos a desenvolver os projetos que iríamos concretizar à espera de que, e hoje, felizmente, essas oportunidades de investimento surgiram, e é hoje também que iremos ter a oportunidade de experimentar. E, portanto, até ao mês de março iremos ter certamente a oportunidade de realizar um conjunto de candidaturas que irão certamente promover naquilo que é o grande desafio de um concelho mais verde, mais solidário e mais atrativo. ----------

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental do ano 2024 que foi aprovada por maioria com onze votos a favor e dez abstenções.** ----------

2.2- Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2025 ----------

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dar nota que esta revisão vem dar resposta à corrida contra o tempo para preparar candidaturas a fundos comunitários. A primeira nota vai para essa mesma corrida. É um sprint. Fazer tudo a correr, com projetos a ser contratados só agora, com pouco tempo para serem devidamente preparados. Julga que os projetos de execução terão de ser apresentados até março. A segunda nota vai para as opções. Pouco ou nada sabem de concreto sobre os projetos em causa. Como referiu, alguns deles ainda há pouco tempo foram contratados e, mais uma vez, a partilha de informação não existe. Tudo é decidido dentro de gabinetes, ao contrário daquilo que o senhor Presidente estava a dizer há bocado. Vemos projetos que nos parecem positivos, como é o caso da creche municipal, da piscina coberta, o alargamento da rede de saneamento, Mas já que o município não é capaz de alocar o dinheiro que dispõe a investimentos realmente necessários, água e saneamento, que sejam as regras da atribuição dos fundos a orientar este executivo nesse sentido. A creche, um equipamento necessário, mas será que o local escolhido é o mais adequado? Uma das críticas que às vezes se aponta ao atual centro escolar é exatamente a sua localização, a exposição solar, a inclinação que obriga a escadas e a escadinhas, o que condiciona as áreas exteriores. Perante isto, será que este mesmo recinto tem condições para receber o equipamento com mais seis salas a que acresce áreas comuns e circulação? Não parece de todo a melhor opção. O programa que vai financiar a construção deste equipamento financiaria, se fosse a opção do Executivo, por exemplo, a ampliação da atual creche da Santa Casa de Misericórdia. Foi consultada a Santa Casa para saber da sua disponibilidade para, recorrendo a financiamento, ampliar a atual resposta? Foram consultadas outras IPSS, sabendo que podiam usufruir deste financiamento a 85% a fundo perdido para construir o equipamento e poderem assumir a creche? Por fim, deu uma nota sobre os projetos que lhes suscitam algumas dúvidas. Milhões de euros em equipamentos, centros interpretativos, gabinetes para empresas, portas de entrada em Trás-os-Montes, centros BTT, que vão significar um aumento da despesa para a autarquia, manutenção de edifícios, mais pessoal para os manter, pelo menos, abertos, etc…, sendo que os resultados e benefícios para o concelho são, no mínimo, muito questionáveis. Estes

investimentos estima-se podem resultar numa injeção de aproximadamente sete milhões de euros de fundos comunitários que vão ditar muito do investimento que será concretizado pela autarquia nos próximos quatro anos. As decisões de afetação deste dinheiro deveriam ter sido minimamente participadas, tal como disse o deputado Fernando Silva. Os eleitos, mas acima de tudo os mondinenses, deveriam ter tido a oportunidade de oferecer o seu contributo à afetação deste dinheiro. Reforçou que tudo foi feito dentro de quatro paredes, muito pequenas, por sinal. O PS tem vindo a pedir o quadro de investimentos. Esse quadro de investimentos, mais uma vez, tem vindo a ser negado. É mais um episódio de ocultação de documentação. Este executivo será conhecido por ter regredido em termos de transparência. Por este motivo, entregou um requerimento a solicitar que seja entregue a esta Assembleia uma listagem com a identificação das operações de Mondim de Basto, no respetivo valor de financiamento e investimento total que constam do quadro de investimento prioritário da Cim do Ave. ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que desconhecia o que é que o Partido Socialista tem contra as empresas e porque vê a criação de gabinetes para as empresas como algo que não seja prioritário para o concelho de Mondim de Basto. Temos que incentivar o empreendedorismo, temos que criar condições para que o empreendedorismo possa crescer, temos que criar condições para que as empresas possam surgir ou as instituições para que criem também aqui força e só desta forma é que teremos um contributo importante para o desenvolvimento do concelho. Portanto, não sabe mesmo o porquê de pôr em causa a importância da criação de gabinetes para as empresas. Confessou que lhe dava um orgulho tremendo ouvir falar sobre projetos importantes para o concelho. Já não se ouvia há alguns anos atrás falar sobre projetos estruturantes e dá-lhe orgulho, mesmo que seja para criticar, mas que se for uma crítica construtiva é sempre bem-vinda. E por isso é que temos agora criado aqui alguma moda de falarmos sobre os nossos projetos. É sinal de que, efetivamente, há aqui a vontade em que este Executivo os concretize, não tem dúvida nenhuma, e certamente também o reconhecimento que estão a acontecer e que Mondim efetivamente vai se transformar com a realização destes projetos que estão certamente de acordo com a vontade dos mondinenses. Relembrou do programa eleitoral que o PSD apresentou, um programa eleitoral com um conjunto de medidas e propostas e foi esse programa eleitoral que recebeu o contributo e a votação da maioria dos mondinenses. E é esse programa eleitoral que está a ser executado através destes projetos, sempre que seja

enquadrado, e de outros que poderão surgir. Portanto, sim, houve auscultação, não foi do Partido Socialista, foi de todos os mondinenses que votaram no PSD para liderar o município neste mandato e para poder executar o projeto e o programa que lhes foi apresentado. Esse foi o maior envolvimento que podemos ter e a certeza que aquilo que estamos a fazer é o cumprimento daquilo que foi apresentado aos Mondinenses e que foi aprovado pela sua maioria. E, portanto, é este também o envolvimento que temos da sociedade para concretizarmos estes projetos. Relativamente à creche dar nota também que a forma como ela foi desenhada foi para aproveitarmos infraestruturas existentes do centro escolar criando aqui uma economia de escala, digamos assim, para aquilo que seja o seu funcionamento. Deu nota também que uma das candidaturas que irá ser realizada é para a reabilitação do centro escolar, independentemente desta integração, e que não terá necessariamente a ver com essa necessidade. E por isso é que abordaram a Santa Casa da Misericórdia na possibilidade de poder alargar e esta foi a opção do município de criar escala naquilo que é a infraestrutura, mas também dos serviços já existentes no centro escolar. Crê que ninguém porá em causa a importância que a creche terá para as famílias mondinenses. Conclui dizendo que de facto temos aqui um conjunto de investimentos que nos vão orgulhar a todos enquanto mondinenses e, acima de tudo, com a capacidade que teremos em os executar e os colocar ao dispor dos mondinenses, que é isso também que nos motiva. ----------

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dar nota que referiu que apenas fez uma pergunta no sentido de saber se o senhor Presidente questionou as IPSS para saber se ficariam com a creche sabendo que 85% do valor era financiado e que o senhor Presidente não respondeu. Felizmente estes projetos que têm acontecido têm um enquadramento próprio que se chama PRR 2030, felizmente para nós também, não estamos contra isso. Mas tem algumas dúvidas que os consigam executar todos até março. Foi isso que falou. ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para fazer uma retificação: PRR é um programa, o Portugal 2030 é outro. Pediu ao senhor deputado para não sofrer por antecipação porque de facto vão conseguir concretizar. -------

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que o senhor Presidente da Camara não tinha respondido à sua questão que repetiu. Gostava de saber se o senhor Presidente tinha questionado as IPSS no sentido de saber se elas estariam interessadas em ter uma creche sabendo que 85% do valor era financiado. ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder que a necessidade de creche não é de hoje e, portanto, obviamente que todas as instituições tiveram a oportunidade de demonstrar, junto da Câmara, a vontade, ou não, de querer resolver esta situação. Neste momento há uma entidade que tem o serviço de creche pelo que, antes mesmo de o município avançar para esta candidatura, tentou-se perceber se haveria ali alguma forma de podermos institucionalmente alargar o serviço, algo que não foi possível e por isso é que o município optou por assegurar a construção dessa creche. ----------

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2025 que foi aprovada por maioria com doze votos a favor e nove abstenções. ----------**

2.3- Aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para realização de limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais, entre o Município de Mondim de Basto e a Junta de Freguesia do Bilhó-

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que nestes contratos, não sabe se mais deputados se aperceberam, mas há aqui um pormenor que tem a ver com os hectares de intervenção que estão exatamente iguais nas duas freguesias, tanto no Bilhó como em Vilar. Julga que deve haver aqui algum lapso, alguma gralha, que terá que ser corrigida. ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para esclarecer que o valor afeto corresponde à realidade, há uma duplicação por um lapso de escrita nomeadamente na descrição do número de hectares mas o valor de financiamento está correto e, portanto, era essa a garantia que gostava a dar. Houve um lapso na cópia dos contratos mas assegurou que os valores financeiros estavam corretos. ----------

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para realização de limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais, entre o Município de Mondim de Basto e a Junta de Freguesia do Bilhó que foi aprovada por unanimidade. ----------**

2.4- Aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para realização de limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos

municipais, entre o Município de Mondim de Basto e a Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros ----------

Não havendo intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para realização de limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais, entre o Município de Mondim de Basto e a Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros que foi aprovada por unanimidade.** ----------

2.5- Informação - Declaração de compromissos plurianuais e declaração de pagamentos e recebimentos em atraso ----------

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. ----------

2.6- Informação do Executivo ----------

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer apenas dar nota da informação fornecida pela Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território que agora sim aparece referenciada neste relatório. Na página 25 é colocada uma indicação relativamente ao PDM e à elaboração do Plano de Urbanização da Expansão da Vila. A única questão que queria colocar sobre este documento é para quando é que se prevê a aprovação do novo PDM e do Plano de Urbanização da Vila. ----------

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dar nota que, das informações prestadas, pretendem os seguintes esclarecimentos. Quais é que foram os critérios para a escolha da empresa SEISAL – Projeto, Fiscalização e Segurança Lda. para a elaboração de projetos de execução para a ampliação da rede de saneamento e abastecimento de água em Mondim de Basto - fase 1 – e da empresa Concluvium Unipessoal Lda. para a elaboração do projeto de requalificação do centro escolar e construção da creche municipal e elaboração do projeto de execução para ampliação e requalificação do centro turístico na Casa da Igreja. Os três projetos foram entregues por consulta prévia, mais uma vez sem qualquer procedimento em regime concorrencial. Portanto, que critérios foram adotados para escolher estas empresas? ----------

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que, mais uma vez, acha que por vezes há alguns equívocos e alguns deputados municipais parece que querem correr neles. Toda a contratação pública é alvo de concorrência, portanto, uma consulta prévia é alvo de concorrência, é aberta a três empresas, é uma modalidade da contratação pública. Muitas das vezes, acha que os senhores deputados fazem aqui passar

uma ideia de falta de transparência que não consegue perceber. De facto, parece que querem ferir a legalidade dos processos e até a idoneidade dos serviços da Câmara Municipal, quando na verdade isso não existe. Acha que toda a gente que trabalha no município é gente séria e, de facto, os procedimentos cumprem a legalidade. Isso é o que é o mais importante. ---------

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que não queriam ferir suscetibilidades nem nada que se pareça. Querem esclarecimentos, é por isso que estão aqui. Relativamente a estas empresas, referiu que não falaram delas por acaso: foram as duas constituídas há menos de meio ano, não tem qualquer contrato na base-gov, excetuando estes que assinaram agora com a nossa autarquia. Não têm, por isso, enquanto empresa, qualquer experiência. Sabem que apenas uma tem sede em Ribeira de Pena e que tem como gestor uma pessoa que até há pouco tempo prestou serviços de consultoria aqui nesta autarquia. Tudo isto é muito questionável, como podem imaginar, por isso é que viemos cá fazer estas questões. E por esse motivo, deixou um requerimento para que lhes sejam fornecidos os três procedimentos para que fique claro em que condições é feita a seleção das empresas. ----------

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer mais uma vez que são pessoas de bem todos aqui que estão nesta casa. ----------

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, interrompeu a intervenção do senhor deputado para dizer que ninguém estava aqui a pôr em causa e que lhe compete aqui intervir. Aqui não é um julgamento público sobre o caráter das pessoas. Há perguntas que foram feitas e o senhor deputado responde se quiser mas não pode permitir que leve a discussão para um caminho que não é esse caminho que está aqui a ser seguido. O senhor deputado tem direito, como todos os outros, de colocar as questões que entender. Não se está aqui a avaliar o caráter e a seriedade das pessoas. ----------

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, interrompeu a sua intervenção para se dirigir a uma deputada municipal dizendo que se queria falar podia ir ao púlpito, tendo a mesma respondido que não tinha tempo ao que o senhor Presidente da Assembleia respondeu que tinha tempo, talvez não tenha é jeito. ----------

Face a esta intervenção, o deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que esta afirmação do senhor Presidente da Assembleia demonstra a sua atitude arrogante perante esta Assembleia tendo o mesmo acabado de maltratar uma mulher que é deputada municipal. Considera que o que fez aqui é de muito mau tom. Referiu que o

senhor Presidente da Assembleia lhe puxa as orelhas conforme quer e o que acaba de fazer nesta Assembleia perante uma deputada municipal é, no mínimo, deplorável. Continuando a sua intervenção inicial e dirigindo-se ao deputado Carlos Macedo disse que estava a falar por bem e que acha que o senhor deputado faz muito bem em fazer as perguntas e esclarecer o que tem para ser esclarecido mas que não venha fazer a pergunta para depois vir dar a resposta a seguir. Acha que o senhor deputado pode logo afirmar o que quer. ----------

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra tendo sido interrompido pela deputada municipal a quem se tinha dirigido anteriormente. Dirigindo-se a senhora deputada referiu que podia dizer o que entendesse desde que fosse no púlpito e que não podia estar constantemente a interromper. ----------

A deputada municipal respondeu ao senhor Presidente da Assembleia dizendo que tinha sido maltratada e que não lhe admitia isso. ----------

NOTA: Não foi possível reproduzir as palavras da senhora deputada municipal por não serem audíveis na gravação efetuada da sessão. ----------

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, referiu que a senhora deputada está constantemente a condicionar a atividade da mesa e não tem direito de o fazer porque pode usar a palavra. Quando quiser falar, vai ali e fala. Está constantemente, do princípio ao fim da Assembleia, a fazê-lo. Referiu que as suas palavras eram da sua responsabilidade e que não pedia desculpa. ----------

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para referir que relativamente a este ponto tinha colocado a questão ao senhor Presidente e não ao deputado José Brás, nem ao funcionário da autarquia José Brás, e o que pretendia era que o senhor Presidente da Câmara lhe respondesse relativamente a esse assunto. No caso de não apresentarem os documentos também não há problema nenhum pois podemos falar sobre esta contratação das empresas. ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que relativamente ao PDM e ao OPG, tal como vem na informação, estamos a aguardar alguns pareceres para que seja facultado: Portanto, o documento está finalizado em função depois daquilo que será o resultado dos pareceres, para podermos então avançar para a consulta pública e será essa a nossa intenção. Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Carlos Macedo, referiu que o critério foi obviamente o preço-qualidade, como todos. Mas falou aqui num pormenor que era a constituição das empresas pelo que

aproveitava para falar o essencial. E, uma vez mais, fica contente pois estão a falar sobre projetos e obras que irão ser realizadas, importantes para o nosso concelho. Referiu aqui três: Centro do Turismo, Rede de Saneamento e Centro Escolar. Serão obras que irão ser realizadas, que iremos avançar com a sua concretização. E este é que é o essencial. Iremos investir na rede de saneamento, como aqui já foi também referida a importância que tem. Referiu que iriam reabilitar o Centro Escolar e o Centro de Turismo também, uma das obras cruciais, aquilo que foi também o seu programa eleitoral, e a importância que terá, não só na dinamização do turismo, mas também na promoção da economia local, na promoção também do empreendedorismo e também a possibilidade de receber o ensino superior. Para terminar, referiu que não podia deixar de fazer uma referência a este episódio. De facto, não é o calor do momento que pode justificar podermos dizer aquilo que entendemos. Foi um episódio infeliz e certamente que o senhor O Sr. Presidente da Assembleia Municipal irá também fazer uma reflexão e referiu que não se iria alongar muito mais sobre este assunto. -

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, referiu que da sua parte não retirava nem fazia nenhuma reflexão. O seu papel aqui é gerir a Assembleia até ao fim. ----------

2.7- Intervenção do público ----------

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. --------

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. ----------

Tendo terminado as intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** ----------

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 30 de abril de 2025, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. ----------

Emília Gonçalves